



Apesar da proposta, os colonos continuam acampados perto da Itaipu

Itaipu aumenta as indenizações, mas os desapropriados rejeitam

Do enviado especial
e da sucursal

Depois de uma hora e meia de reunião com cinco representantes dos colonos, o general Costa Cavalcanti, diretor-geral da Itaipu, anunciou ontem, em Foz do Iguaçu, a "solução definitiva" que a empresa tem para o caso. Em documento entregue aos colonos, a Itaipu ressalta que está dando um aumento de 80% sobre a tabela paga atualmente, o que vai representar preços de Cr\$ 380 mil a Cr\$ 400 mil o alqueire, enquanto, dos colonos, o pedido é Cr\$ 500 mil a Cr\$ 600 mil.

Ao lado do diretor jurídico-adjunto, Paulo Cunha, da empresa, que também participou da reunião, Costa Cavalcanti fez questão de frisar que "não se trata de uma proposta e sim da solução da Itaipu para o problema e reivindicações dos colonos". Afirmou isso várias vezes, sempre enfatizando a palavra solução e justificando que aqueles valores eram resultados de sérias e minuciosas pesquisas do mercado regional, e que eram, acima de tudo, "justas para os colonos".

Revoltados, após uma análise do documento da empresa, os colonos, por meio da Comissão Central do Movimento, lançaram uma nota à imprensa, contestando, em cinco itens, as afirmações da Itaipu e condenando sua direção por "procurar apenas iludir a opinião pública, desconhecendo dos fatos e das questões específicas, jogando com números e dados incompletos e nebulosos". Como exemplo, eles citam "o propalado reajuste de 80% desde agosto de 1980, o qual não corresponde aos preços oferecidos atualmente pela Itaipu, visto que os agricultores continuam recebendo propostas no valor médio de Cr\$ 250 mil por alqueire".

A nota propõe a continuidade do movimento até que a Itaipu receba os colonos para um diálogo em campo neutro, e foi lida em assembléia, sendo aprovada por aclamação. Eles esperam para hoje a decisão da Itaipu de aceitar ou não o estabelecimento de novo encontro em outro local.

A permanência dos colonos no acesso ao Centro Executivo de Foz de Iguaçu, onde estão acampados, não foi discutida pelo general Costa Cavalcanti, pois, segundo ele, "esse é um problema deles, pois aquela área não é propriedade da Itaipu". O general disse, também, desconhecer o movimento "Justiça e terra: o preço da paz" e só reconhece e trata com os colonos da área a ser alagada.

Ontem, o juiz João Kopytowski indeferiu o *habeas corpus* em favor do direito dos colonos de escolherem o local para acampar, mas os advogados Alvaro Albuquerque e Valter D'Angelis, da Comissão Nacional de Justiça e Paz, vão recorrer da decisão ao Tribunal de Justiça do Estado.

No final da tarde, o ex-governador gaúcho Leonel Brizola esteve no acampamento dos colonos, de passagem para Cascavel, onde participaria de uma concentração popular e de um programa de televisão. Após um inflamado discurso, foi aplaudido de pé ao prometer levar as reivindicações dos colonos ao ministro da Justiça, Abi-Ackel, no encontro que terá com ele segunda-feira.

GUARANIS

Além das oito mil famílias que serão desapropriadas em consequência da construção da Hidrelétrica de Itaipu, diversos grupos de índios Guaranis, que vivem na região, também serão obrigados a deixar suas terras, mas sem receber o ressarcimento previsto pela lei. A denúncia foi apresentada ontem, em Brasília, pelo Conselho Indigenista Missionário — Cimi —, que acusa a União de estar cometendo um crime contra os Guaranis por promover a transferência sem destinar outra área de dimensões equivalentes para sua instalação.

O Cimi disse que também a Funai não poderia fazer a transferência sem que o ato fosse autorizado por decreto presidencial. Desde 1979 funcionários da Funai vêm transportando membros do grupo do lugar chamado Jacutinga, próximo às margens do rio Ocoi, para jurato de um grupo guarani do rio das Cobras, município de Laranjeiras. Os índios, que já haviam sido transferidos anteriormente para o rio das Cobras pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio, em 1953, contra a sua vontade, continuam retornando a seu lugar de origem. Segundo o Cimi, a Funai agora insiste na transferência para evitar problemas com indenizações.